

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Charles Fernando Martins

As políticas sociais no Brasil começaram a surgir no início do século XX e existiam somente como uma alternativa para conter os conflitos existentes entre a classe dominante e a classe dos trabalhadores, a fim de harmonizar essas relações, e não com o intuito de gerar o bem estar social. A implantação das políticas sociais no Brasil se deu em um processo lento, estas foram construídas por meio de muita luta e reivindicações da classe dominada, alcançando assim um mínimo de condição para atender suas necessidades básicas para uma vida com mais dignidade.

No Brasil as duas primeiras Constituições Federais nada mencionavam sobre direitos sociais, eles foram surgir no período do governo de Getúlio Vargas, registrando mudanças de ordem econômica e social. Foram sancionados diferentes tipos de direitos sociais assegurando ao indivíduo melhores condições no trabalho e em sua vida social, essas medidas foram tomadas não por vontade e interesse próprio dos governantes, mas sim pela pressão popular. As políticas sociais tiveram seu reconhecimento maior no contexto internacional após a Segunda Guerra Mundial com a instalação do Estado do Bem Estar Social, sendo focalizadas na classe trabalhadora, dos quais necessitavam para a reconstrução do Estado e estabilização da economia. O Estado do Bem Estar Social teve pouca repercussão em nosso país, não tendo o mesmo efeito como na Europa, a efetivação dessa política teoricamente foi implantada, mas na prática não era de fato concretizada.

Nessa época o Estado começa a ter uma maior participação na regulação dessas políticas voltadas para o interesse no aumento e desenvolvimento capitalista. A política social existente hoje é resultado de muita luta e insistência por parte da classe dominada e é associada a cada momento histórico que a nação passa, sendo a conjuntura histórica determinante para a construção desses direitos sociais, marcada por uma forte influência da economia liberal mundial, com o seu modelo de acumulação de capital, o qual também afetou o Brasil.

A política pública tem uma forte caracterização pelo controle aos conflitos sociais, estes eram, e ainda são vistos como uma possível ameaça à ordem social estabelecida pelos governantes (ordem aqui referida é aquela implantada injustamente, discriminatória), a qual poderia colocar em risco a manutenção do modelo de produção e acumulação capitalista da classe dominadora, e também por ser um instrumento de manipulação por parte do Estado e pelas instituições capitalistas, passando a ser uma prática de concessões e não de concretização de direitos estabelecidos na Constituição Federal.

Com o decorrer das décadas no Brasil, essas políticas sociais vão se modificando, no sentido de se tornarem de caráter compensatório, isto é, são destinadas a determinados grupos sociais que contribuem para manutenção do sistema, ou ordem estabelecida, sendo custeada pelo próprio beneficiário. Com isso emergia ainda mais a desigualdade social aumentando o número de desprovidos assistencialmente. Esses grupos, os quais recebiam os benefícios do governo, tinham que atender a critérios de merecimento, isto é, tendo que contribuir para a acumulação capitalista, com isso o governo regulava as verbas públicas.

Se analisarmos todo o contexto histórico do processo de implantação das políticas sociais no Brasil até os dias atuais, veremos que realmente o país teve um grande avanço e melhoria da distribuição desses direitos sociais, mas se analisarmos como funciona o processo de administração e organização do Estado de hoje, e o que é realmente destinado para a assistência pública, notaremos que as práticas patrimonialistas e clientelistas ainda existem. A demora na execução de tais políticas se dá por estas atitudes, e também pelo puro desinteresse dos governantes que inibe e trava a efetivação das políticas sociais.

A política social é atrelada ao comando do Estado o qual passa a ter a ação e controle das necessidades sociais básicas daqueles que não estão incluídos no resultado do processo de acumulação capitalista. Antes de servir ao indivíduo, ao cidadão, o Estado serve ao capital, ou seja, favorecendo mais aqueles que não necessitam de amparo, e ignorando os que realmente necessitam de assistência, isto é, a política social no Brasil serve às classes dominantes.

Atualmente o Brasil esta em constante desenvolvimento econômico, o que é de muita importância para o país, mas em se tratando de desenvolvimento social, ele não evolui na mesma proporção, muito pelo contrário, a exploração da força de trabalho por parte das indústrias capitalistas, as quais só pensam em acelerar o ritmo de produção visando somente os lucros, só contribui para o aumento da desigualdade social. Não há eficiência em atingir os objetivos de erradicar a pobreza nos diferentes

segmentos sociais das políticas públicas no país, como consta na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza, VERONA, Kate Fernanda. **O Estado e as políticas sociais brasileiras**. VIII Congresso Internacional da CLAD, 2003.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José. **Cultura Política e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2003.